

# O enquadramento biopolítico de pessoas empobrecidas: entre o governo dos corpos e a biopotência de modos de vida na imagem fotográfica

*The biopolitical framing of impoverished people: between bodies' governmentality and the biopotency of ways of life in photographic images*

## Angela Cristina Salgueiro Marques

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando principalmente nos seguintes temas: estética, política, dissenso, subjetivação, movimentos insurgentes.

Email: [angelasalgueiro@gmail.com](mailto:angelasalgueiro@gmail.com)

Submetido em 25/05/2017

Aceito em 30/08/2017

## RESUMO

Neste artigo, argumento, junto com Fassin e Butler, que existe uma modalidade particular de governo dos corpos coletivos: o enquadramento biopolítico de sujeitos e grupos empobrecidos no contexto da implementação de políticas sociais. De modo mais específico, recorro a imagens institucionais de beneficiários do Programa Bolsa Família (encontradas no site do Ministério do Desenvolvimento Social) para mostrar como o governo biopolítico e neoliberal dos corpos coletivos envolve a produção de narrativas, argumentos e enunciados que passam a traçar distinções entre modos de vida considerados dignos e aqueles amplamente percebidos como menosprezáveis. O enquadramento biopolítico é uma técnica de governo ou de governamentalidade que formata as cenas de aparência, preparando-as para definir sujeitos e grupos exemplares, considerados como parâmetro, cujo projeto e modo de vida é tido como antítese do desvio e de existências moralmente julgadas como indignas de consideração e apreciação.

**Palavras-chave:** *Enquadramento; Biopolítica; Fotografia; Biopotência; Empobrecimento; mulheres*

## ABSTRACT

In this article I argue, with Fassin and Butler, that exists a particular modality of government of collective bodies: the biopolitical framing of citizens and groups impoverished in the context of the implementation of social politics. In a more specific way, I appeal to the institutional images of beneficiaries of the Bolsa Família Program (found in the web site of the Social Ministry of Public Works and the Economy) to show how the biopolitical and neoliberal government of collective bodies involves the production of narratives, arguments and talks that trace distinctions between ways of life considered as worthy and those widely perceived as despicable. The biopolitical framing is a technique of government or governmentality that formats the scenes of appearance, preparing them to define exemplary citizens and groups, considered as parameter, whose project and way of life are seen as an antithesis of deviation and whose existences are morally judged as out of consideration and appreciation.

**Keywords:** *Framing, Biopolitics, Photography, Biopotency, Impoverishment; Women*

Uma operação de enquadramento realizada pelos meios de comunicação é uma operação de poder, uma vez que enquadrar uma cena ou um sujeito significa definir os modos de apreendê-lo, julgá-lo e definir ações a ele dirigidas. Segundo Judith Butler (2015, p.14), os enquadramentos (ou quadros interpretativos) “não determinam de modo unilateral as condições do aparecer (no sentido de uma aparição performativa sobre uma cena pública) dos sujeitos e dos acontecimentos. Contudo, sua finalidade é demarcar a esfera de aparição”. Tornar-se visível em uma cena comunicativa envolve não só a escolha de quadros de sentido e valores partilhados – através dos quais indivíduos serão identificados, conhecidos e nomeados – mas também a instauração de uma relação conflitiva de busca por reconhecimento, legitimidade e autonomia. Ser visível, nesse caso, articula a existência de uma imagem pública a um processo intersubjetivo e recíproco de enunciação, de fala e escuta, acolhimento e estranhamento.

Neste artigo, ao analisar algumas imagens fotográficas relativas ao Programa Bolsa-Família, pretendo argumentar que uma imagem é política quando deixa entrever as operações que a definem e influenciam na interpretação daquilo que vemos. Essas operações podem ser expressas através das relações que se estabelecem dentro e fora do âmbito artístico, que pre-configuram enunciados, que montam e desmontam operações discursivas e narrativas entre o visível e o invisível, o dizível e o silenciável. Como afirma Rancière, “a imagem não é simplesmente o visível. É o dispositivo por meio do qual esse visível é capturado” (2007, p.199) e os modos de sua captura. “Ela é uma ação que coloca em cena o visível, um nó entre o visível e o que ele diz, como também entre a palavra e o que ela deixa ver” (Rancière 2008, p.77).

Ao apontar os enquadramentos e as tensões entre eles (ao concorrerem para o controle da definição de uma política social do governo), busco evidenciar algumas das dimensões ideológicas centrais que marcam a disputa de sentidos acerca da produção de imagens de sujeitos empobrecidos e de seu processo de empobrecimento econômico e político. Entre essas dimensões destacarei, sobretudo, as noções de biopolítica, biolegitimidade e biopotência.

Para Butler, os enquadramentos nos ajudariam a distinguir as vidas que podemos apreciar e valorizar, daquelas que não mereceriam ser consideradas. Os termos, as categorias, as convenções e regras gerais que operam em dispositivos de enquadramento modelam e transformam, por exemplo, um ser vivente em um sujeito passível de ser reconhecido através de uma forma específica de apreensão, isto é, uma forma de conhecimento associada ao sentido e à percepção, e não a formas conceituais de mediação entre os indivíduos.

Sujeitos empobrecidos costumam ser enquadrados pelo discurso midiático e institucional através do uso de molduras valorativas que se repetem sem muitas diferenciações. Contudo, é na repetição de enquadramentos que podemos verificar suas falhas em apreender a complexidade, as dissonâncias, os dissensos e as inquietações do real. O enquadramento não é capaz de conter completamente o que transmite e, por isso, se rompe toda vez que tenta dar uma organização definitiva a seu conteúdo (Butler, 2015). Nesse processo de ruptura contínua, os termos pelos quais os sujeitos são nomeados e conhecidos são produzidos, deslocados, questionados e alterados. Trata-se, de acordo com Butler, de saber como funcionam as operações que tornam certos sujeitos e grupos reconhecíveis e valorizáveis, enquanto outros são claramente destituídos de respeito e consideração.

O aparecer de sujeitos empobrecidos nas imagens institucionais de campanha e promoção de políticas sociais do governo, objeto de análise deste artigo, envolve uma operação delicada de enquadrar o enquadramento, ou seja, interpelá-lo em busca das fissuras que nos indicam que a moldura não consegue determinar de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. Além disso, o enquadramento que torna sujeitos marginalizados visíveis nos discursos midiáticos geralmente contribui para intensificar sua precariedade e apagamento.

Como destaca Butler (2011), esquemas normativos e midiáticos de inteligibilidade estabelecem aquilo que será e não será apreendido e reconhecido como digno de valor. Para

ela (2015, p.14), os enquadramentos são operações de poder: “não decidem unilateralmente as condições de aparição dos sujeitos e acontecimentos, mas seu objetivo é delimitar a esfera da aparição enquanto tal”. Os enquadramentos atuam, assim, para diferenciar as vidas que podemos apreender e valorizar daquelas que não podemos. Os termos, as categorias, as convenções e as normas gerais que agem nos dispositivos de enquadre moldam, por exemplo, um ser vivo em um sujeito reconhecível por meio da apreensão, isto é, uma forma de conhecimento associada ao sentir e ao perceber, sem utilizar conceitos. Trata-se de saber como essas normas operam para tornar certos sujeitos pessoas reconhecíveis e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer. O problema, segundo Butler (2015, p.20) “não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada”.

As premissas, julgamentos, desacordos, valores, predisposições afetivas, etc., que permitem aos atores sociais reconhecerem e compreenderem os fatos e percepções revelam como o enquadramento é configurado como ideia organizadora central em processos de desvelamento e construção discursiva de um problema político e dos sujeitos que a ele se articulam. Didier Fassin (2010) aponta que discussões acerca da precarização da compreensão de si são fomentadas por uma série de normas e sentidos que governam os corpos e a vida na contemporaneidade. Por isso, expressões tais como criar empatia, corrigir, sanar, são recorrentes nas ações de políticas públicas e de governo direcionadas para pessoas empobrecidas. Segundo Fassin, elas apontam para uma economia moral que é movida por sentimentos e emoções que “nos conectam ao mal-estar dos outros e que nos fazem querer corrigi-lo” (2010, p.7). Ao mesmo tempo, tais mecanismos e normas expõem os jogos sociais que fundam práticas políticas sociais e humanitárias, a exemplo daquelas que tratam dos sujeitos sem-lugar, migrantes; dos sem-teto, dos expatriados. “O corpo tornou-se local de inscrição das políticas migratórias, definindo o que chamamos, usando uma terminologia foucaultiana, de biopolítica da alteridade” (Fassin 2001, p.4).

Neste artigo, argumento, junto com Fassin e Butler, que existe uma modalidade particular de governo dos corpos coletivos: o enquadramento biopolítico de sujeitos e grupos empobrecidos no contexto da implementação de políticas sociais. De modo mais específico, recorro a imagens institucionais de beneficiários do Programa Bolsa Família (encontradas no

site do Ministério do Desenvolvimento Social) para mostrar como o governo biopolítico dos corpos coletivos envolve a produção de narrativas, argumentos e enunciados que passam a traçar distinções entre modos de vida considerados dignos e aqueles amplamente percebidos como menosprezáveis. O enquadramento biopolítico é uma técnica de governo ou de governamentalidade que formata as cenas de aparência, preparando-as para definir sujeitos e grupos exemplares, considerados como parâmetro, cujo projeto e modo de vida é tido como antítese do desvio e de existências moralmente julgadas como indignas de consideração e apreciação.

É muito importante ressaltar aqui que a análise a ser realizada não pretende reduzir toda a complexidade envolvida na operacionalização do Programa Bolsa-Família ao enquadramentos produzidos pela Comunicação Pública do governo. Em outros trabalhos já desenvolvidos (Marques, 2008a e b; Marques, 2009; Marques e Farias, 2013) mostro como a dinâmica comunicativa, de produção da autonomia política e de redistribuição de recursos associada ao reconhecimento social promovida por esse programa é essencial para a subjetivação política de mulheres empobrecidas. Não se trata aqui de depreciar os vários méritos desse programa social, mas de evidenciar várias das ambiguidades presentes na sua configuração. A principal delas está ligada ao modo como a expansão da governabilidade neoliberal passa a produzir “um sujeito neoliberal feminino” (Rago, 2017). Muitas das propagandas estatais que dão visibilidade ao Bolsa-Família e seus índices de sucesso traduzem a emancipação feminina como sucesso econômico individual e meritório, pouco revelando as contingências que atravessam o leque de experiências e escolhas disponíveis à mulher empobrecida. O reconhecimento ideológico dessa mulher como responsável, criativa e empreendedora influencia no modo como configura seu projeto de vida, adaptando-o, não raro, muito mais às necessidades da governamentalidade neoliberal do que às suas próprias.

De modo mais específico, as mulheres empobrecidas, marcadas pelos preconceitos associados ao gênero, à classe social e mesmo à etnia, ao serem percebidas pela sociedade como “beneficiárias” de programas assistenciais, encontram grandes dificuldades para alcançar a autonomia política necessária para formular suas questões e debatê-las na esfera pública. Se, por um lado, as condições básicas para que os beneficiários construam dimensões importantes de sua cidadania e de sua autonomia são promovidas pelas redes de assistência social, por

outro lado, há barreiras concretas que dificultam sua inclusão política e social derivadas, sobretudo, de um entendimento comum naturalizado que aponta os indivíduos em situação de pobreza como “massa inútil de despossuídos dependentes”, incapazes de contribuir para movimentar as engrenagens da produção e do consumo neoliberais.

Assim, se de um lado conheço os aspectos positivos promovidos pelo programa e seus impactos na emancipação de mulheres empobrecidas, percebo também, junto com Butler (2004), Fassin (2010) e Rago (2017), que a precariedade se tornou um modo hegemônico de governo que tem forte incidência como governamos a nós mesmos. A precariedade pode ser tanto a condição de vulnerabilidade que nos aproxima e nos abre às demandas de reconhecimento da alteridade, quanto a forma neoliberal de regulação, controle e poder que orienta e determina nosso campo de ações, ameaçando-nos com a insegurança e o caos. A governamentalidade neoliberal requer a precariedade como modo de vida, como princípio organizador e controlador por meio do qual se enraízam práticas biopolíticas.

Sob esse prisma, quero apontar aqui essa dimensão ambivalente da precariedade e sua atuação biopolítica e biopotente. Por isso, em um segundo movimento, depois de realizar uma reflexão sobre a biopoliticidade de enquadramentos institucionais de sujeitos empobrecidos, farei uma breve exposição de alguns enquadramentos fotojornalísticos capazes de configurar uma biopotência dos modos de vida estigmatizados. Em tais enquadramentos é possível ver agência e resistência na precariedade, assim como possibilidades tangíveis de configurar uma força política e perturbadora nas imagens.

### 1. Biopolítica e governamentalidade dos corpos empobrecidos

Segundo Fassin (2009) e Lazzarato (2014), a biopolítica está ligada às experiências concretas nas quais os indivíduos são tratados de modo justo ou injusto, de acordo com quais princípios e em nome de qual código moral, conduzindo frequentemente a desigualdades e à ausência de reconhecimento. Ambos assinalam, seguindo Deleuze e Guattari, que a vida e o ser vivente são os pontos nodais das novas lutas políticas. Nesse sentido, para além dos enquadramentos institucionais, são as narrativas e trocas comunicativas que os engendram que deveriam se tornar objeto de investigação de trabalhos que têm como foco desvelar os

fluxos de poder que, sob o pretexto de “empoderar”, “emancipar” e garantir “soberania” a sujeitos marginalizados, acabam por expor e aprofundar violências, sofrimentos morais e danos identitários.

O conceito de biopolítica aparece em 1976, utilizado por Michel Foucault no primeiro volume da *História da Sexualidade*. Inicialmente, Foucault (1984) nos explica a transição do poder soberano (que faz morrer e deixa viver) para o biopoder (que faz viver e deixa morrer): trata-se de dois regimes, duas concepções de morte, da vida e do corpo. Nas sociedades governadas pelo poder soberano, vigorava “o direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida: culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (Foucault, 1980, p.128).

Na passagem do poder soberano ao biopoder, o poder deixa de se basear majoritariamente sobre o controle e a apropriação para funcionar por meio da incitação, do reforço, da vigilância, afim de obter a otimização das forças que a ele estão submetidas. Nesse novo regime, o poder é destinado a produzir forças que devem estimular a vida, a criatividade e a produtividade que não permanecem livres de um controle rígido e de limites. O biopoder deve gerenciar a vida sem exigir a morte e, quando exige a morte, é em nome da defesa da vida (justificativa apresentada com frequência em caso de guerras ou invasões perpetradas pelos EUA). Sob esse aspecto, o poder político assume a tarefa de gerir a vida, de investir sobre ela (administração dos corpos e gestão calculista da vida). Assim, o biopoder se ocupa do governo dos corpos através de uma racionalização da arte de governar que possui incidência sobre os modos de vida, visto que procura a normalização das pessoas através de tecnologias políticas (Fassin, 2009).

Foucault divide (considerando desde o século XVII) a organização do poder sobre a vida em dois pólos: disciplinamento do corpo (adestramento, ampliação de aptidões e docilização) e regulações da população (biopolítica). A biopolítica se forma por volta da metade do século XVIII e centra-se no governo biológico dos corpos coletivos: o controle sobre a proliferação, os nascimentos, a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade. A combinação das práticas disciplinares com as biopolíticas tem como objetivo a inserção controlada dos sujeitos na máquina capitalista de produção, aumentando as chances de uma adaptação às necessidades do mercado e também de um enquadramento dos corpos e das subjetividades

(Lazzarato, 2002). Foucault trata a vida da perspectiva da conduta, o biopoder em termos das disciplinas exercidas sobre os indivíduos e a biopolítica em termos de tecnologias que normalizam as populações.

Há uma diferença entre sociedade disciplinar (instituições prescrevem comportamentos) e sociedade do controle (Deleuze, 1992) (mecanismos de controle são mais democráticos, imanentes ao campo social, difundidos no cérebro e corpo dos cidadãos). O poder investe a vida atravessando-a de uma ponta à outra. O corpo individual é submetido à vigilância e, em seguida, a população é controlada, acomodada, governada segundo procedimentos, técnicas e métodos que permitem o exercício cotidiano das formas de controle, regulações e ordens coercitivas. A disciplina preparou os corpos individuais para a gestão da biopolítica cujo objetivo é organizar a vida coletiva, protegê-la e assegurar sua defesa, de modo a corrigir seus defeitos e enquadrá-los em um formato pré-estabelecido e tido como normal (Hardt; Negri, 2000).

Em suma, a sociedade de controle poderia ser caracterizada por uma intensificação e uma generalização dos aparelhos normalizantes da disciplinaridade que animam, a partir de dentro, nossas práticas comuns e cotidianas. Mas, ao contrário da disciplina, esse controle “se estende além dos espaços estruturados das instituições sociais, por meio de redes leves, moduláveis e flutuantes”. (Hardt; Negri, 2000, p.17). O biopoder é, por isso, uma forma de poder que rege e regulamenta a vida social a partir de seu interior, seguindo-a, interpretando-a, assimilando-a e reformulando-a.

## 2. Agenciamento biopolítico nas imagens de beneficiários do Programa Bolsa-Família

Robert Cabanes e Isabel Georges (2014) mostram que durante os anos do governo Lula (2003-2010) o aumento contínuo do salário mínimo foi acompanhado não só pelo aumento dos níveis de educação, mas também pela implementação de programas sociais importantes como o Bolsa-Família. Contudo, ainda que a pobreza tenha diminuído, as desigualdades sociais persistiram e se entrelaçaram com a precariedade do trabalho, as péssimas condições de vida e a falsa perspectiva de aquisição de direitos. O Bolsa-Família, apesar de sua centralidade na produção de justiça social no país, não é um direito adquirido de maneira durável e inscrito na



Constituição. Ela pode perder a significação política que comportava inicialmente e contribuir para a aceitação da manutenção do status quo para os pobres (que, neste caso, não estão em posição de atores sociais, mas de agentes de dispositivos de poder que não valorizam as capacidades e frequentemente não encorajam o empoderamento). Assim, não se questiona aqui a relevância de um programa social de transferência de renda articulado a iniciativas educacionais e de incentivo à formação profissional. Indagamos criticamente sobre a tensão existente entre dois processos que moldam esse programa: por um lado, há melhorias substanciais nas condições de vida e nos agenciamentos autônomos para a gestão do próprio bem-viver. Por outro, os discursos da comunicação pública do governo e dos veículos jornalísticos tradicionais insistem em apresentar, com grande frequência, representações estigmatizantes das mulheres beneficiárias. Há um descompasso entre avanços sociais e políticos e a forma como são apresentados textualmente.

É importante mencionar que o Programa Bolsa-Família se desenvolve em um contexto nacional particular: no início de 2010, o Brasil experimenta uma redução na taxa de desemprego, um aumento no consumo e no percentual do trabalho com carteira assinada, entre outros efeitos de medidas econômicas e sociais tomadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (Lautier, 2012). Contudo, como salientam Cabanes et Georges (2014), o aumento geral do consumo encobre um endividamento progressivo da população. As taxas crescentes de formalização do mercado de trabalho não solucionam o problema do baixo nível salarial. O que pode ser chamado de “gestão da pobreza” revela as formas pelas quais o Estado estimula o empreendedorismo social, o comércio informal, as atividades “culturais” nas favelas, as políticas sociais no setor da assistência social e as formas de mecenato empresarial. A governamentalidade dos sujeitos empobrecidos dá a ver uma ideologia neoliberal na qual um “Estado-Mãe” assume o que é melhor para seus “filhos” marginalizados de modo a garantir-lhes um projeto de vida e uma rota rumo a um sucesso tutelado. Isso requer que problematizemos as inúmeras formas de instrumentalização da cultura para a resolução de dilemas sociais (Tommasi, 2014)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Oficinas culturais, cursos e workshops relacionam-se frequentemente, como ressalta Livia de Tommasi (2014), a uma celebração das capacidades criativas e empreendedoras de jovens de periferia (como uma forma de biopolítica e controle cultural), que se contrapõe à criminalidade (alvo de controle e repressão policial). Assim, o controle pela cultura e pela violência física fazem parte das economias morais (Fassin, 2009) de gestão ou governamentalidade da população empobrecida.

O governo apoia iniciativas locais que têm como objetivo colocar à disposição dos beneficiários do programa espaços de encontro, conversação e discussão coletiva e recíproca, que os auxiliam a compreender sua condição, a enunciar seus anseios e problemas (tomada da palavra) e a encontrar alternativas de soluções às dificuldades enfrentadas, seja pela educação (retomar os estudos, alfabetização, capacitação etc.), seja pelo trabalho (formação de cooperativas, estágios remunerados, etc.). Aqui, mesmo considerando o apoio concedido pela municipalidade às mulheres beneficiadas pelo programa, já que elas são maioria, é preciso salientar que as instituições do governo, sobretudo aquelas ligadas à assistência social, constroem e interpretam as necessidades das mulheres de acordo com um padrão de atendimento de demandas que desencoraja a contestação.

Políticas sociais como o Programa Bolsa Família possuem uma ambiguidade intrínseca: de um lado, promovem visibilidade a seus beneficiários, no sentido de serem notados como cidadãos com “poder de compra” e existência material. De outro, podem provocar experiências de desestabilização e humilhação que reenviam os beneficiários ao ostracismo e ao distanciamento da vida pública (por exemplo, a associação do benefício do programa a uma esmola dada pelo governo - enquadramento presente na mídia - e, conseqüentemente, a classificação dos beneficiados como mendigos e párias sociais). Além disso, no caso das mulheres, como aponta Rago, a governamentalidade neoliberal que compõe o aspecto ideológico dessas políticas define as mulheres sob a ótica do empresariado como “sujeitos capazes de livre escolha, baseada em um cálculo econômico racional, pois, assim como os homens, têm sido chamadas a subjetivarem-se em modos neoliberais, constituindo-se como autônomas, emancipadas e senhoras de si” (2017, p.368). Na racionalidade neoliberal, a redistribuição lança as mulheres ao modelo maximizador do “empreendedor de si”, e o reconhecimento é transmutado em uma forma de “relato de si” precarizante e subalternizante.

Fassin (2006) chama de *biolegitimidade* o modo como se dá atualmente o acesso às políticas sociais dos governos. Para ele, a produção de direitos, de reconhecimento e de acesso a serviços e atendimento por parte do Estado, estão atreladas ao modo como o Estado disponibiliza atendimento aos sujeitos precários, ou seja, exigindo deles enunciados e formulários que atestem um status, uma condição, uma internalização da dependência e uma total rendição aos aparelhos de correção e controle:

O que a política faz com a vida e com as vidas não é só uma questão de discursos e tecnologias, estratégias e práticas. É também uma questão do modo concreto como indivíduos e grupos são tratados, sob quais princípios e em nome de que moral, implicando desigualdades e falta de reconhecimento (Fassin 2009, p.57).

Diante desses aspectos, Fassin destaca que as políticas públicas sociais desempenham hoje um papel fundamental no gerenciamento biopolítico dos corpos e dos modos de ser, caracterizando uma governamentalidade que corresponde à racionalização da arte de governar e não à prática do governo.

A imagem abaixo, encontrada no espaço digital “MDS pra você” (uma espécie de cartilha eletrônica para a apresentação de benefícios, serviços e programas sociais do governo), nos remete aos modos de governamentalidade que se utilizam da biolegitimidade como forma de mapear potenciais populações a serem controladas por meio de cadastros que as habilitam ou não a direitos e à cidadania.



**Fig.1** Visita de assistente social a “área de vulnerabilidade” para fazer o cadastro único de potenciais beneficiários. Fonte: [http://mdspravoce.mds.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/m\\_SAM6574\\_reduzida.jpg](http://mdspravoce.mds.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/m_SAM6574_reduzida.jpg)

Exibir-se, exibir a precariedade, relatá-la em narrativas, formulários padronizados e entrevistas com assistentes sociais são exemplos de processos biolegitimadores em que também o corpo é usado como “fonte de direitos”, numa espécie de exigência a priori, de pré-condição para o acesso a políticas sociais. Quanto mais deteriorados forem os corpos e os locais de moradia, mais aptos parecem estar os sujeitos a receberem benefícios. Os agentes

institucionais não raro exigem provas narrativas ou físicas das provações, dos fracassos e da inaptidão para justificar a necessidade, misturando mérito e compaixão. Afetos e leis, piedade e justiça passam a ser delineados em cada “caso” analisado. Instaure-se uma modalidade de governo biopolítico no qual corpos precários são fundamentais. Sob esse aspecto, Fassin (2014) argumenta que uma combinação entre políticas gerenciais e políticas de sofrimento (pautadas pela requisição e coleta de narrativas de fracasso, associadas a um tratamento compassivo) conduz a uma redefinição da economia moral<sup>2</sup> de nosso tempo.

Sob esse aspecto, o funcionamento das formas de implementação de políticas públicas está sujeito à ação dos atores institucionais sob múltiplas influências, hábitos que desenvolvem, iniciativas que tomam e respostas dos públicos (Fassin, 2015). Profissionais que agem com base em valores e afetos, preocupação ou indiferença, empatia ou indignação, produzem uma economia moral ligada aos processos de implementação de políticas sociais. Seus atos dão a ver como valores e afetos são produzidos, circulam e são apropriados em uma situação-problema. Subjetividades morais são influenciadas por economias morais e revelam valores e afetos envolvidos em questões e dilemas éticos enfrentados. Os espaços de assistência social são ambientes complexos: ao mesmo tempo em que fazem circular forças ideológicas e constrangimentos de poder, transfiguram-se em lócus de conversação política e escuta. São espaços marcados por uma biopolítica de controle que muitas vezes leva à auto-depreciação dos beneficiários, implementando valores e afetos que conduzem à perda da auto-estima, do auto-respeito e do sentimento de ser cidadão. Contudo, são também contextos nos quais as interações dão a ver conflitos, divergências e várias formas de recusa e contestação. Para descrever o trabalho moral das instituições de apoio social é preciso considerar tanto as tensões nas esferas públicas circundando os problemas (economias morais) quanto as ações dos profissionais encarregados de solucioná-los (subjetividades morais).

Reiteramos que não se questiona aqui a relevância de um programa social de transferência de renda articulado a iniciativas educacionais e de incentivo à formação profissional. Indagamos criticamente sobre a tensão existente entre dois processos que

---

<sup>2</sup> “Economias morais representam a produção, circulação e apropriação de valores e afetos acerca de uma questão. Caracterizam um momento histórico particular e um mundo social específico no qual essa questão é construída através de julgamentos e sentimentos que definem gradualmente um tipo de senso comum e um entendimento coletivo sobre o problema. Economias morais não caracterizam um grupo específico ou atividade, mas um fato social” (Fassin 2015, p.9).

moldam esse programa: por um lado, há melhorias substanciais nas condições de vida e nos agenciamentos autônomos para a gestão do próprio bem-viver. Por outro, os discursos da comunicação pública do governo e dos veículos jornalísticos tradicionais insistem em apresentar, com grande frequência, representações estigmatizantes das mulheres beneficiárias modeladas por enquadramentos biopolíticos de controle. Há um descompasso entre avanços sociais e políticos e a forma como são apresentados textualmente.

A segunda imagem selecionada para reflexão também foi produzida pelo MDS com o intuito de, ao comemorar 10 anos de existência do programa Bolsa-Família em 2013, ressaltar os avanços e qualidades do Programa. Nessa campanha de comunicação governamental, as mulheres beneficiadas pelo Programa ostentam sorridentes o cartão que é feito em seu nome. Sabemos que, apesar de o programa focalizar o bem-estar do núcleo familiar, o cartão magnético destinado ao saque do benefício é feito em nome da mulher que se identifica como “responsável” pelos demais habitantes do domicílio. O presidente Lula justifica essa opção com o seguinte argumento: “Não que as mulheres sejam melhores do que os homens, eu acho que elas têm mais responsabilidade no trato da família”<sup>3</sup> Essa afirmação nos remete ao papel de “cuidadora” exercido pela mãe, ao fato de a mulher ser o principal meio de sustento de famílias pobres e ao “lugar” doméstico estabelecido socialmente para a mulher nas sociedades atuais. Ao mesmo tempo (e contraditoriamente), como apontou, na época, a então Secretária Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Rosani Cunha, “a preferência pela mulher [para receber a renda do Bolsa-Família] é também uma estratégia de empoderamento feminino, uma afirmação da mulher como ser independente e autônomo”<sup>4</sup>.

Sob esse ângulo, o discurso do governo era de que o benefício seria versado à mulher, pois ela, deste modo poderia alcançar autonomia. E não só a autonomia financeira, mas a autonomia política: que as constitui como sujeitos de fala e de discussão paritária. Muitas das beneficiárias são líderes comunitárias com forte influência em suas comunidades e isso deve ser considerado quando refletimos acerca das transformações emancipatórias promovidas pelo programa, sobretudo no âmbito da produção de decisões, escolhas, preferências e julgamentos acerca do modo como definem agir e viver a própria vida. Por outro lado, todavia,

<sup>3</sup> SCOLESE, Eduardo; LEITE, Pedro Dias. “Vale a pena governar o país, diz presidente”, in: *Folha de S. Paulo*, Brasil, A12, 21/10/05.

<sup>4</sup> GOES, Antônio. “Mãe solteira resiste mais a trabalho infantil”, *Folha de S. Paulo*, Cotidiano, 08/05/05, p. C1.

as mulheres beneficiadas, por estarem localizadas nos círculos mais distanciados das arenas deliberativas centrais (Marques, 2009) e por dificilmente serem consideradas como agentes de discurso, se depararam com a falta de abertura às transformações sociais, econômicas e institucionais.



Fig.2 Campanha de Comunicação Governamental. Fonte: <http://mdspravoce.mds.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/SAM6914.jpg>

Mulheres beneficiadas pelo Bolsa-Família se vêm constantemente diante de vários obstáculos para atingir sua emancipação e autonomia. Associado a essas assimetrias e desigualdades está o fato de que os meios de comunicação definem papéis a serem assumidos pelas beneficiárias, estabelecendo para elas lugares de fala já marcados pela desvalorização e pelo preconceito.

De acordo com Prado (2012), os enquadramentos midiáticos fornecem receituários modalizadores para uma auto-realização bem sucedida: consumimos valores e formas de vida, seduzidos pelas “convocações biopolíticas dos enunciadores midiáticos”. Assim, os enquadramentos biopolíticos ligados à promoção de políticas sociais mostram, através de personagens em geral desprovidos de voz, nome e história, oferecem uma pretensa linha de fuga aberta na inevitável e suposta rota do fracasso e da pobreza. Os sujeitos empobrecidos, não fariam parte de uma “partilha política do sensível”<sup>5</sup> (Rancière, 1995). Entretanto, apesar da

<sup>5</sup> De acordo com Jacques Rancière, o lugar acordado aos indivíduos na sociedade obedece a um quadro sensível de distribuição da palavra, dos espaços de visibilidade e das atividades laborais e políticas. A partilha do sensível é descrita como uma “distribuição de maneiras de ser e das ocupações no espaço do possível” (2000, p.66). Ela assume duas formas: policial ou consensual, e política ou dissensual.

construção de representações redutoras que enfocam as mulheres como vítimas ou como batalhadoras que vencem pelo mérito, é possível identificar algumas formas de montagem e produção de enunciados que se opõem à precariedade alienante e à opressão. Argumento que alguns enquadramentos conformadores de imagens fotográficas podem construir para esses sujeitos cenas polêmicas de enunciação configuradas por uma operação política da estética que implica “um modo de acelerar ou retardar o tempo, de reduzir ou de ampliar o espaço, de fazer coincidir ou não o olhar e a ação, de encadear ou não encadear o antes e o depois, o dentro e o fora, de relacionar uma questão de justiça e uma prática de justeza” (Rancière, 2012, p. 121).

### 3. A biopotência em enquadramentos midiáticos

Foucault, em seus escritos do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, interroga o biopoder em busca daquilo que na vida resiste a ele pela criação de formas de subjetivação que escapam aos biopoderes. A relação ética consigo mesmo e com os outros é, segundo ele, a fonte de emancipação e de criação transformativa, implicadas em todas as relações de poder.

É nesse ponto que o trabalho de Hardt e Negri (2000) merece nossa atenção, pois eles se servem de Foucault para conferir novo sentido ao conceito de biopolítica: contra a reprodução e governo dos modos de vida e das consciências pré-aprovadas, eles detectam a biopotência das relações de cooperação e hospitalidade, os agenciamentos criativos e os vínculos políticos e estéticos. Segundo eles, é imperativo nos perguntarmos de que maneiras podem surgir, no interior da máquina de produção de subjetividades, novas formas de inventar valorizações e auto-valorizações.

Dada a dificuldade de questionar os enquadramentos biopolíticos das populações empobrecidas em um país como o Brasil, como detectar e escutar a voz do outro, seu grito, suas demandas e seu clamor em meio aos parâmetros consensuais que amarram as imagens aos modos de captura e sujeição do capital?

Uma pista possível de resposta talvez possa ser buscada na ética do rosto, tal como desenvolvida por Lévinas (1980, 1999, 2005, 2011) e retomada por Butler (2011, 2015). O conceito de rosto nos desafia ao acolhimento e à hospitalidade do outro: enfrentar o rosto do outro requer um rompimento com as operações biopolíticas de enquadramento e de categorização das populações.

Em Lévinas (2007), o rosto não se cofunde com a face humana e é descrito como forma de “aparição”, exposição íntegra, sem defesa, abrindo-se para a perspectiva da transcendência, sem deixar-se confundir com a representação. Para ele, o comum ao qual a face nos oferece acesso indica nossa precariedade e desamparo, ou seja, o fato de que todos nós estamos submetidos à interpelação alheia sobre a qual não temos controle. Lévinas aposta na definição do rosto como expressão da vulnerabilidade do existente (como demanda ética endereçada ao outro), descrevendo sua manifestação (aparição) como experiência reveladora da presença viva e da pura comunicação de um ente que se torna acessível, mas não se entrega. Assim, o rosto não se configura só como o que nos é ofertado à visão, mas é, sobretudo, uma voz, um clamor que permanece em devir no aparecer incapturável do outro que se dirige a nós. Se somos interpelados pelo outro que nos fala, o rosto surge como verbo, como evento de palavra, como a comunicação possível que permite uma prática específica de configuração de um mundo comum, um mundo polêmico, fruto do esforço de dar forma às identidades e às alteridades.

O rosto em Lévinas alude à responsabilidade dos homens perante o sofrimento dos rostos singulares. Ele é uma espécie de interpelação ética a nós: o rosto fala e somos intimados a uma resposta, ao acolhimento e escuta de outrem, totalmente distinto de mim; somos chamados à responsabilidade, não somente sobre o que fazemos, mas também diante do mal que lhe venham infligir.

Responder ao rosto, entender seu significado quer dizer acordar para aquilo que é precário em outra vida ou, antes, àquilo que é precário à vida em si mesma. Isso não pode ser um despertar, para usar essa palavra, para minha própria vida e, dessa maneira, extrapolar para o entendimento da vida precária de outra pessoa. Precisa ser um entendimento da condição de precariedade do Outro. (Butler 2011, p.19)

Essa concepção de rosto como “vocalização sem palavras do sofrimento” construída por Lévinas e Butler, nos remete ao reconhecimento do que está além da imagem, a voz de um enigma e, aquém da representação, o Outro que o antecede no fenômeno do face a face. A singularidade do sujeito lança o observador ao enigma da interlocução, o que desconstrói nossos modelos automatizados de percepção.



Para Lévinas (1999), não há como uma representação imagética traduzir o “humano” (traço de humanidade) que define o rosto, pois a representação reduz os traços complexos do referente capturado, impedindo-nos de “escutar” o rosto (sofrimento vocalizado, por exemplo) através da imagem, afastando-nos da precariedade do Outro. Butler corrobora essa ideia e afirma que uma representação bem-sucedida do rosto deveria falhar em capturar o referente e evidenciar essa falha. “O humano é aquilo que limita o sucesso de qualquer prática representacional. O rosto não é apagado nessa falha de representação, mas é constituído exatamente nessa possibilidade” (Butler 2011, p. 27)<sup>6</sup>. O rosto de mulheres empobrecidas beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família e enquadradas pela mídia impressa tradicional geralmente desaparece na operação de registro dessas mulheres e de seus espaços de vida. “Nesse caso não podemos escutar o rosto através do rosto, pois ele mascara os sons do sofrimento humano e a proximidade que poderíamos ter com a precariedade da vida” (Butler 2015, p.27).

#### 4. Biopotência e política nas imagens

Quando este programa social completou 10 anos, em 2013, várias reportagens jornalísticas foram produzidas de modo a revelar suas conquistas e falhas. Uma dessas reportagens, publicada pela revista *Nova Escola* em 2015<sup>7</sup>, trouxe oito imagens<sup>8</sup> (feitas pela jornalista Anna Rachel, na época profissional da Editora Abril) de famílias beneficiadas entre as

<sup>6</sup> “É importante fazer distinção entre casos de não representatividade. Em primeira instância, há a visão levinasiana segundo a qual existe um “rosto” que nenhum rosto pode exaurir completamente, o rosto entendido como um clamor do sofrimento humano do qual não é possível ter uma representação direta. Aqui, o “rosto” é sempre a figura de algo que não é literalmente um rosto. Outras expressões humanas, entretanto, parecem ser representáveis como um rosto, embora não sejam rostos, mas sim sons ou emissões de outra ordem. O clamor que é representado por meio da figura do rosto é um que confunde os sentidos e produz uma comparação claramente imprópria: isso não pode estar certo, uma vez que o rosto não é um som. E, mesmo assim, o rosto pode figurar como som justamente por não ser o som. Nesse sentido, a figura delinea a incomensurabilidade do rosto com qualquer que seja aquilo que ele represente. Estritamente falando, portanto, o rosto não representa nada, no sentido de que falha na captura e entrega daquilo a que ele se refere.” (Butler 2011, p.26)

<sup>7</sup> CAMILO, Camila. “Bolsa-Família: mais alunos, menos pobreza – como o programa e a frequência escolar obrigatória afetam o ensino”. Publicado em NOVA ESCOLA Edição 278, Dezembro 2014/Janeiro 2015. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/bolsa-familia-mais-alunos-menos-pobreza-beneficio-educacao-820093.shtml#ad-image-0>>, acesso em 12/02/2015.

<sup>8</sup> De modo geral, quando a matéria destaca condições insalubres e dificuldades o enquadramento das fotografias privilegia um plano geral das famílias diante de sua casa, ressaltando uma paisagem geográfica e humana de desolação. Mas quando se deseja ressaltar o protagonismo das mulheres e as conquistas obtidas via ações conjugadas dos governos nacional e municipal, os enquadramentos são de proximidade: os rostos e corpos das crianças e mulheres assumem o primeiro plano e o ambiente doméstico é deixado de lado ou minimizado na imagem.

quais duas nos chamaram a atenção em particular. A primeira delas (ver figura 3) mostra o interior da casa de Maria do Carmo Oliveira Alves, moradora de Itatira (CE), mãe de sete filhos. Em imagem que aparece antes dessa, Maria do Carmo e as crianças são fotografadas em frente à fachada da casa, compondo o típico enquadramento conferido às famílias pobres assistidas: importa mais o cenário de desolação, securo e dificuldade do que a singularidade dos sujeitos (seus rostos e corpos são diluídos na paisagem). Nessa imagem, em uma composição que combina o claro e o escuro (a penúnia e a esperança), destacam-se o fogão a lenha, o fecho de luz que penetra na cozinha pelo telhado, a porta de entrada com frestas que deixam entrar a luz do dia e tornam a casa e a intimidade porosa ao mundo, os utensílios sobre a pia e pendurados nas paredes de tijolos.



**Fig. 3:** Foto: Anna Rachel Ferreira/Nova Escola Legenda: **Vida na pobreza** – Mesmo com o recebimento do benefício, Maria do Carmo e as crianças vivem com recursos limitados. Na casa sem revestimento, os poucos utensílios de cozinha e limpeza se amontoam na pia. Fonte: Nova Escola, Edição 278, Dezembro 2014/Janeiro 2015.

A imagem abaixo (ver figura 4) mostra as roupas dos nove filhos de Maria de Lurdes Castelo, também moradora de Itatira (CE), secando ao sol “espetadas” em uma cerca de madeira. As várias peças multicoloridas, esvaziadas dos corpos que as animam, ainda assim parecem vivas e, ao mesmo tempo mortas, trespassadas por estacas, como espólios de uma guerra travada no cotidiano. Há algo agressivo nessa imagem: normalmente roupas penduradas no varal são animadas e ganham vida com o vento que atravessa os tecidos. Mas o varal de estacas impede que as roupas se movimentem, se rebelem e ganhem leveza. Além

disso, as roupas secam na cerca, na fronteira física que estabelece os limites entre o domínio do eu e do outro. Nesse sentido, se a cozinha remete ao acolhimento, ao calor e à receptividade; a cerca com pontas afiadas ameaça tanto os “de dentro” quanto os de fora, mantendo as distâncias. O equilíbrio tênue entre o acolhimento e a reafirmação das distâncias e dos limites é uma boa metáfora para as figuras do comum e do rosto.



**Fig 4:** Legenda: Vida simples – A cerca de madeira ao lado da casa faz as vezes de varal e serve para pendurar as roupas que as nove crianças utilizam para frequentar a escola. A mãe incentiva os filhos a estudar e mais oportunidade. Fonte: Nova Escola, Edição 278, Dezembro 2014/Janeiro 2015.

Essas duas imagens, ao privilegiarem os objetos e sua disposição nos espaços cotidianos de habitação e existência, nos levam a pensar em como o fotojornalismo pode, em algumas circunstâncias, nos oferecer enquadramentos em que os espaços e paisagens devolvam não só a singularidade dos seres e eventos, mas também suas pontes com o comum. Essas imagens nos trazem algo da existência das mulheres e de seus filhos por meio de seus objetos de uso cotidiano e “cada uma dessas coisas faz parte de uma existência que é totalmente atual, inevitável e irrepetível” (Rancière 2011, p. 293). Assim, “dar-se conta, ainda que minimamente, dessas existências e de seu lugar no mundo só é possível se estabelecermos passagens entre os objetos e o todo irrepresentável que se exprime em sua atualidade.” (Rancière 2011, p.294).

As duas imagens aqui analisadas operam como “rosto” quando nos permitem apreender o outro via fragmentos de seu cotidiano e vestígios de suas experiências rotineiras: espaços habitados, roupas que envolvem seus corpos, utensílios que lhes garantem a sobrevivência. A potência da vida daí se depreende e nos revela uma política da estética e do comum que se

relacionam à forma como os dispositivos utilizados para a produção das imagens e do texto jornalístico alcançam a possibilidade de recortar singularmente os objetos da experiência comum, instaurando outras partilhas de espaço e de tempo e promovendo novos modos de aparição sensível dos objetos e sujeitos. Esse trabalho de mudança dos modos de aparição, das coordenadas do representável e das formas de sua enunciação altera quadros, ritmos e escalas, proporcionando outras formas de apreender o visível e sua significação (Marques, 2013, 2014). Se uma imagem pertence a um “dispositivo de visibilidade que regula o estatuto dos corpos e o tipo de apreensão e atenção que merecem” (Rancièrè 2012, p.96), é importante entender como os enquadramentos são produzidos e como delimitam a esfera de aparição ao construírem e enunciarem as “vidas precárias”<sup>9</sup> (Butler 2015, 2004).

A meu ver, o rosto que emerge nessas imagens (o interior da casa e a cerca-varal) se serve da materialidade dos lugares para produzir um gesto de convocação, uma disposição favorável às trocas. A ausência da figura humana potencializa as cenas, pois obriga nosso olhar a percorrer as superfícies, os objetos, as formas, lendo outramente o visível em busca de um sensível que não pode ser contido na imagem. O rosto precisa da imagem para nos fornecer algumas pistas para sua escuta, mas o sensível vai além da imagem, nos convida a explorar os possíveis. Em ambas as imagens os rostos lançam uma forma de convocação, promovendo um dizer e uma voz capazes de iniciar o vai e vem da interpelação, da resposta e da responsabilidade pelo comum e sua elaboração.

Ao nos basearmos nessa concepção de rosto como voz (como apelo ético), um de nossos intuitos foi o de evidenciar que o rosto não se configura só como o que nos é ofertado à visão, mas sobretudo como o que permanece em devir no aparecer incapturável do outro que se dirige a nós. Se somos interpelados pelo outro que nos fala, o rosto surge como a comunicação possível e permite uma prática específica de configuração de um mundo comum, um mundo polêmico, fruto do esforço de dar forma às identidades e às alteridades. Por isso, o rosto pode ser pensado como o vestígio de um lugar do outro que se transforma na promessa do meu

---

<sup>9</sup> De acordo com Butler, “a vida precária é a condição de estar condicionado, na qual a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro.” (2015, p.33). Segundo ela, há formas de distribuir a vulnerabilidade de modo que certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Assim, a precariedade (que também está expressa nessas duas imagens) é a condição generalizada, compartilhada e comum da vida humana.

próprio lugar, assumindo caráter comunicacional e político, num processo incessante de subjetivação política em que ética, estética e política se tangenciam.

### 5. Considerações finais

Que rosto é esse que nos interpela nas imagens? O rosto fabricado pelos dispositivos midiáticos, retocado, recriado e exposto à desapareição pela excessiva luminosidade dos holofotes; ou o rosto que transcende qualquer representação e busca configurar uma via de acolhida do outro, sem reduzi-lo a si mesmo, configurando a condição de possibilidade de toda e qualquer forma de comunicação? Como o conceito-metáfora do Rosto pode nos ajudar a pensar os processos comunicativos que permeiam estudos ligados à subjetivação e ao encontro com outro? Seriam os pobres/precários povos sem rostos, fadados à desapareição pela invisibilidade construída pelo discurso predominantemente consensual do fotojornalismo produzido pela grande mídia? Ou ainda seria possível recuperar nos registros fotográficos fissuras e desencaixes que, em vez de exporem “personagens”, promovem inquietação justamente porque não conseguem representá-los?

Respostas a essas perguntas poderiam ser buscadas ao nos indagarmos acerca das operações que definem qual “espécie de ser humano a imagem nos mostra e a que espécie de ser humano ela é destinada, que espécie de olhar e de consideração é criada por esta operação” (Rancière 2012, p.100).

Percorrer as imagens, seus objetos, contemplando-as e escutando-as expõe um trabalho de tradução de um sensível em outro através dos elementos oferecidos pela imagem. As imagens da cozinha e do varal de roupas não nos colocam diante da pobreza e dos pobres, mas entre eles, nos convida a participar de uma “comunidade precária, que não se define em termos de uma identidade comum, mas de partilhas possíveis – sendo que aquilo que deve ser partilhado já está transitando entre dois seres, dois lugares e dois atos” (Rancière 2007, p.199). Essas duas imagens convidam o olhar a percorrer contemplativamente as cenas do cotidiano: elas nos fazem perceber que “não estamos diante das imagens, mas entre elas, assim como elas estão entre nós” (Rancière 2007, p.198).

A imagem é justamente o que nasce dessas trocas e trânsitos nos intervalos. O espectador das imagens que aqui não englobam a figura humana é colocado à distância, para

que perceba que está entre, para que possa ser acolhido pelas imagens e não “engolido” por elas (Guimarães, 2015).

Separar, criar distância é também colocar palavra, imagens e coisas em uma comunidade mais ampla de atos de pensamento e criação, de palavra e de escuta que se chamam e se respondem. Não é desenvolver bons sentimentos junto aos espectadores, mas de lhes convidar a entrar no processo continuado de criação de comunidades sensíveis (Rancière 2007, p.209).

A dignidade do ser humano é construída por meio de um olhar que escuta o rosto. Contemplar o rosto numa imagem ou o rosto da imagem significa estabelecer com ela uma relação ética, uma relação de implicação, de afetação e de interpelação que nos torna disponíveis à escuta, ao diálogo e à reciprocidade, instaurando uma via de acolhida do outro, sem reduzi-lo a si mesmo – o que configura a condição de possibilidade de toda e qualquer forma de comunicação, de constituição de comunidades sensíveis que, como aponta Rancière (2007), se estabelecem entre objetos e imagens, entre imagens e vozes, entre rostos e palavras, entre espaços longínquos e um lugar de exposição.

Nesse sentido, a exposição e o aparecer do corpo e do rosto são capazes de tensionar enunciados e modos/cenas de enunciação, nos revelando uma potencialidade política de desidentificação e ruptura. As práticas de resistência trazem um elemento de negatividade para produzir fissuras na ordem consensual delineada pela positividade descontextualizada da ideologia neoliberal. As resistências são várias, ocorrem em diferentes escalas, mas todas produzem um ponto de inflexão e questionamento diante das formas gerenciais e biopolíticas que vampirizam a mente e a alma.

Para Butler (2016) uma das formas de resistência na vulnerabilidade é a exposição do corpo. Ela afirma que vulnerabilidade é uma exposição deliberada diante do poder, fazendo parte da resistência política como ato corporal. E os corpos dos sujeitos empobrecidos, ao mostrarem a precariedade, também resistem a esses poderes, encenando uma forma de resistência que pressupõe um tipo específico de vulnerabilidade que se opõe à precariedade. Condições materiais precárias nos dão a ver o quanto somos vulneráveis à ação dos outros e a seu julgamento.

Como afirmamos antes, o rosto pode emergir justamente quando uma representação expõe sua fatal incapacidade de capturar o referente. O rosto é uma demanda ética feita pelo

outro através da vocalização de uma agonia que nos implica no reconhecimento da vulnerabilidade de todos nós. Nesse sentido, para que o rosto (semblante, face), os lugares, paisagens, corpos e relatos operarem como rosto (demanda ética), precisamos estar sempre à sua escuta, em ressonância com eles e sendo superfície na qual ressoem, o que nos deixa “sujeitos a uma perturbação, a uma afecção e a uma crise” (Nancy 2014, p.42).

### Referências bibliográficas

- BUTLER, Judith. Vida precária. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, 2011, n.1, p.13-33.
- \_\_\_\_\_. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Precarious Life*. London: Verso, 2004.
- BUTLER, Judith; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. *Vulnerability in resistance*. Duke University Press, 2016.
- CABANES, R. ; Georges, I., “Gestion de la pauvreté et enterpreneuriat de soi : un nouveau compromis de gouvernement au croisement des politiques sociales et néolibérales ?”, *Brésil(s)*, n.6, 2014, p.7-15.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. 2012. *Peuples exposés, peuples figurants*, L’Oeil de l’Histoire, 4. Paris, Éditions de Minuit.
- FASSIN, Didier. “Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França”. *Ponto Urbe* [Online], 15, 2014, post online no dia 30 Dezembro 2014, consultado em 30 Setembro 2016.
- URL: <http://pontourbe.revues.org/2467>; DOI : 10.4000/pontourbe.2467
- \_\_\_\_\_. “Et la souffrance devient sociale: de l’anthropologie médicale à une anthropologie des afflictions”. *Critique: revue générale des publications françaises et étrangères*. Paris, n.680-681, p.16-21. 2004.
- \_\_\_\_\_. “Quand le corps fait la loi. La raison humanitaire dans les procédures de régularisation des étrangers”. *Sciences sociales et santé*. Toulouse: v.19, n.4, p.5-33. 2001.
- \_\_\_\_\_. “Souffrir par le social, gouverner par l’écoute: une configuration sémantique de l’action publique.” *Politix*. Paris, v.19, n.73, p.37-157. 2006.
- \_\_\_\_\_. *La raison humanitaire: une histoire morale du temps présent*. Paris: Seuil/Gallimard. 2010.
- \_\_\_\_\_. Another politics of life is possible. *Theory, culture & society*, v.26, n.5, 2009, p.44-60.
- \_\_\_\_\_. *At the Heart of the State: the moral world of institutions*. Pluto Press, 2015.

- FOUCAULT, Michel. Les techniques de soi. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François; LAGRANGE, Jacques. *Dits et écrits*. 1954-1988. Paris: Gallimard, 1984.
- \_\_\_\_\_. Poder de morte e direito sobre a vida. In: *História da Sexualidade*, v.1, A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p.127-152.
- GUIMARÃES, César. O que é uma comunidade de cinema?, *Revista Eco-Pos* (Online), v. 18, p. 45-56, 2015.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. La production biopolitique. *Multitudes*, n.1, 2000, p.16-28.
- HONNETH, Axel. *The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- HONNETH, Axel. « Invisibilité : sur l'épistémologie de la reconnaissance », *Réseaux*, n.129-130, 2005, pp.41-57.
- JEANNERET, Yves. *Enjeux de pouvoir et médiations de la communication*. Université Paris-Sorbonne, 2016.
- LAUTIER, B., « La diversité des systèmes de protection sociale en Amérique Latine : une proposition de méthode d'analyse des configurations de droits sociaux », *Revue de la régulation*, n.11, 2012.
- LAZZARATO, Maurizio. Du biopouvoir à la biopolitique. *Multitudes*, n.9, 2002, p.45-57.
- \_\_\_\_\_. Enunciação e política: uma leitura em paralelo da democracia: Foucault e Rancière. In: Maurizio LAZZARATO, *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo, Edições Senac; n-1 edições, 2014, p. 193-213.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Alterity and transcendence*. New York: Columbia University Press, 1999.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Ética e infinito*. Lisboa: Edições 70, 2007, p.69-75.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LEVINAS, Emmanuel. *De outro modo que ser ou para lá da essência*. Trad.: José Luiz Pérez e Lavínia Leal Pereira. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.
- LOPES, Denilson. "Da estética da comunicação a uma poética do cotidiano". In: GUIMARÃES, C.; LEAL, B.; MENDONÇA, C. (orgs). *Comunicação e Experiência Estética*. BH: UFMG, 2006, p.117-150.
- \_\_\_\_\_. "Poética do cotidiano", in *A Delicadeza*. Brasília: Ed. UnB, 2007, p.83-97.



MACKENZIE, C.; ROGERS, W.; DODDS, S. (eds). *Vulnerability New Essays in Ethic and Feminist Philosophy*. Oxford University Press, 2014.

MARQUES, Angela. "A conversação cívica sobre o Bolsa Família: contribuições para a construção da cidadania e da autonomia política de mulheres pobres", *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 14, 2009, p. 11-48.

\_\_\_\_\_. Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. *Contracampo*, v.26, p.126-145, 2013.

\_\_\_\_\_. Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso. *Discursos Fotográficos* (Online), v. 10, p. 61-86, 2014.

\_\_\_\_\_. O Programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias: o lugar ocupado pelo Estado na configuração dialógica dos espaços de debate público. *Eco (UFRJ)*, v. 11, p. 166-191, 2008a.

\_\_\_\_\_. Les enjeux médiatiques du Programme Bourse-Famille au Brésil : un processus de développement de la démocratie. *Visages d'Amérique latine*, v. 6, p. 78-101, 2008b.

\_\_\_\_\_. A conversação cívica sobre o Bolsa Família: contribuições para a construção da cidadania e da autonomia política de mulheres pobres. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 14, p. 11-48, 2009.

MARQUES, Angela; FARIAS, Virginia N. . La reconnaissance sociale des minorités au Brésil depuis l'« Époque Lula ». In: Guillermo Uribe. (Org.). *Sociabilités, citoyenneté et liens sociaux en Amérique latine*. 1ed.Rennes: Presses Universitaires de Rennes (PUR), 2013, v. 1, p. 139-162.

MELO, Nélvio Vieira de. *A ética da alteridade em Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MONDZAIN, Marie-José. «Nada, tudo, qualquer coisa. Ou a arte das imagens como poder de transformação», in *A República por Vir: Arte, Política e Pensamento para o Século XXI*, ed. Leonor Nazaré e Rodrigo Silva. Lisbonne: Fondation Calouste-Gulbenkian, 2011, p.103-128.

NANCY, Jean-Luc. *À Escuta*. Belo Horizonte: Edições Chão de Fabrica, 2014.

PANAGIA, Davide. Dissenting words: a conversation with Jacques Rancière. *Diacritics*, v.30, n.2, 2000, p.113-126.

PELBART, Peter Pál. Pouvoir sur la vie, puissance de la vie. *Multitudes*, n.9, 2002, p.25-35.

PICADO, Benjamim. Sentido Visual e Vetores de Imersão: regimes plásticos da implicação do espectador nas formas visuais do fotojornalismo. *Galáxia* (PUCSP), v. 22, p. 53-66, 2011.

POHLMANN, Ulrich; GALIFOT, Thomas; ROBERT, Marie. *Who's Afraid of Women Photographers? 1839 to 1919*, Musée de l'Orangerie, Paris, 2015.

POIRIÉ, François. *Emmanuel Lévinas: Ensaio e Entrevistas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PRADO, José Luiz Aidar. Política da imagem na era da convocação. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, v. 39, p. 167-187, 2012.

RAGO, Margareth. Foucault, o neoliberalismo e as insurreições feministas. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (orgs.). *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* São Paulo: Intermeios, 2017, p.363-374.

RANCIÈRE, Jacques. *Aux bords du politique*. Paris: Gallimard, 2004.

\_\_\_\_\_. *La Méésentente – politique et philosophie*. Paris: Galilée, 1995.

\_\_\_\_\_. Literature, Politics, Aesthetics: Approaches to Democratic Disagreement. Interviewed by Solange Guénoun and James H. Kavanagh, *Substance*, n.92, 2000, p.3-24.

\_\_\_\_\_. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. *Aisthesis*. Paris: Galilée, 2011.

\_\_\_\_\_. El teatro de imágenes. In: AAVV, Alfredo Jaar. *La política de las imágenes*, Santiago de Chile, editorial Metales pesados, 2008b, p.69-89.

SILVA, Rodrigo. Apresentação (elegia do comum). In: SILVA, Rodrigo; NAZARÉ, Leonor (org). *A república por vir*. Arte, Política e Pensamento para o século XXI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p.11-37.

TASSIN, Etienne. Espace commun ou espace public ? L'antagonisme de la communauté et de la publicité, *Hermès*, 10, 1992, p.23-37.

TOMMASI, Livia de. Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 6, p. 287-311, 2014.